
ARTIGO

**TRABALHISMO NO BRASIL:
DOCTRINA E PRAXIS POLITICA (1945-1954)***

Luiz Vitor T. Azevedo

Departamento de História - UFOP

O objetivo deste trabalho é destacar a contribuição de Alberto Pasqualini na elaboração de uma "política social" constitutiva de um corpo doutrinário para o trabalhismo no Brasil, em contraposição ao fisiologismo e personalismo dos dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no período 1945-1954.

Considerado o principal teórico do trabalhismo brasileiro, Alberto Pasqualini fundamenta-se no princípio de que o ideal é uma "concepção apriorística de uma realidade purificada de imperfeições"¹. A História seria o esforço da humanidade para alcançar a integração de valores éticos e culturais, mas como na imagem figurada da assíntota (tangente a uma curva no infinito), este é um ponto, uma meta de que se aproxima sem nunca poder alcançar. Pasqualini fala do lado de quem concebe o trabalhismo como uma doutrina: "o trabalho como fundamento de um ideal de fé de redenção total...o trabalho como base de criação material e bem-estar social, o trabalho como base do sistema político e econômico de equilíbrio coletivo e de realização e felicidade pessoal"². Mesmo considerando que as concepções dos idealistas e dos filósofos nunca venham a se realizar, restaria ainda, adverte o autor, "a emoção estética de imaginar como seria belo o mundo e mais digna a existência se fossem assim como eles os sonharam"³.

Ingressando no PTB-RS em 1946, Pasqualini vai exercer uma influência considerável numa parcela do partido mais identificada com uma definição ideológica e programática em confronto com a linha pragmática do PTB. Em 1948 escreveu "Diretrizes Fundamentais do Trabalho Brasileiro", texto condensado e publicado dois anos depois e finalmente incorporado numa obra maior denominada

*Texto apresentado no I Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes de Minas Gerais, São João del Rei, 25 a 28 de maio de 1993.

¹ PASQUALINI, Alberto, Bases e Sugestões para uma Política Social. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958, p. 291.

² Idem, *ibidem*, Introdução, p. 35.

³ Idem, *ibidem*, p. 293.

"Bases e Sugestões para uma Política Social", trabalho fundamental para o conhecimento do seu ideário político, publicado em 1958. Ainda em 1950 foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul, destacando-se no Congresso durante os debates sobre o projeto da Petrobrás ao apoiar a campanha pela implantação do monopólio estatal, não previsto na proposta enviada por Getúlio ao Congresso em dezembro de 1951.

Em 1952, com a ascensão de João Goulart à presidência nacional do PTB, Pasqualini foi incumbido de organizar o departamento de estudos do partido. Antes, em 1951, seu nome chegou a ser cogitado para ocupar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1954, concorreu novamente ao governo do Rio Grande do Sul, sendo derrotado pelo candidato do PSD, Ildo Meneghetti. Antes, em 1947, já havia sido derrotado por Válder Jobim, também do PSD. Nas eleições presidenciais de 1955, recusa o convite para ingressar na chapa encabeçada por Juscelino Kubitschek, iniciando o seu eclipse político⁴.

Em "Reforma - Revista de Cultura Trabalhista", Pasqualini publica, em 1953, um artigo situando as duas fases do trabalhismo: a primeira, marcada pelo "conjunto de reivindicações quanto às garantias jurídicas do trabalho proletário", já foi conquistada nos países onde as "garantias do trabalho se acham incorporadas não apenas à legislação específica de cada país, mas também aos textos constitucionais". Numa segunda fase, que remete ao contexto do autor, o trabalhismo tem por objetivo reduzir ou "eliminar todas as causas e fatores da usura social, de modo que o intercâmbio se opere sempre entre formas de trabalho socialmente útil e de modo que todo ganho e toda disponibilidade de poder aquisitivo seja a contrapartida dessa espécie de trabalho ou atividade"⁵.

Este conceito de "usura social" é central na elaboração dos princípios básicos do trabalhismo: se o trabalho é a fonte principal e originária dos bens produtivos, se a coletividade humana é um sistema de cooperação, se a forma de cooperação é um intercâmbio de trabalho (quem não produz nada de útil, nada tem para permutar), e se o poder aquisitivo deve ser a contrapartida do trabalho socialmente útil, então a posse de poder aquisitivo que não derive dessa forma de trabalho, representa uma apropriação injusta do trabalho alheio e se caracteriza como "usura social".

⁴ BELOCH, Israel e ABREU, Alzira de (coord.), Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983. Rio de Janeiro, Forense Universitária - FGV/CPDOC - FINEP, 1984, vol. 3, pp. 2611-2612.

⁵ PASQUALINI, Alberto, "A Essência do Trabalhismo". Reforma - Revista de Cultura Trabalhista. Rio de Janeiro, Ed. Reforma, ano 1, no. 2, out. 1953, p. 6.

É, portanto, objetivo central do trabalhismo, a eliminação das duas formas de usura enquanto "exploração do homem pelo homem": "uma, conseguindo uns os meios de viver sem a prestação de um trabalho socialmente útil, e outro conseguindo obter esses meios sem que haja uma correspondência entre eles e o valor social do trabalho produzido"⁶. A fundamentação doutrinária da condenação da usura está baseada no postulado bíblico do "ganharás o pão com o suor do teu rosto" e na visão de que a vida em sociedade envolve uma atividade de solidariedade e cooperação, ou seja, ao invés do conflito ou da exploração, o elemento impulsionador de toda atividade social e econômica é o intercâmbio de trabalho. Trabalho entendido como "qualquer gênero de atividade de que possa resultar em benefício econômico e, portanto, monetariamente mensurável, a quem a exerce", mas ressalvando-se que "a utilidade social do trabalho se medirá pela maior ou menor soma de benefícios que proporcionar à coletividade"⁷. A eliminação da "usura social" envolve não apenas a figura do negociista e do agiota, mas também do intermediário desnecessário, do burocrata inútil, do parasita. Além disso, a doutrina da Igreja condena qualquer forma de juro que exorbite os limites que a lei prescreve para as taxas convencionais⁸. É preciso, portanto, distinguir os dois tipos de capitalistas: os "nocivos e inúteis" e os "socialmente úteis". Os primeiros são o resultado da degenerescência do capitalismo quando se torna hereditário, especulativo e parasitário, isto é, a atuação desse tipo de capitalista passa a ser majoritariamente financeira, vivendo apenas dos lucros acumulados e visando exclusivamente os dividendos. Já o outro tipo de capitalista busca um fim social, demonstra interesse pelos empregados ("colaboradores") quanto ao nível salarial e condições de vida, investe em tecnologia a fim de reduzir o custo do produto, favorecendo o consumo dos setores populares⁹.

Dessas considerações resultam as "Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro", destacando-se primeiramente a visão de que "a política e a ação do Poder Público deverão ser conduzidas no sentido do desenvolvimento da economia nacional, das forças da produção e do progresso social. Na realização desses objetivos, o Estado terá precipuamente em vista as necessidades e os interesses das classes trabalhadoras, a justiça e a solidariedade social"¹⁰. Há aqui a predominância do paradigma estatal enquanto exercício de "demiurgia" histórica. Para Alfredo Bosi, a proposta do Estado-Providência como agente da modernização brasileira, sofreu a influência do positivismo castilhisto e borgista. O republicanismo gaúcho, no qual Pasqualini se encontra referido, defende a ação

⁶ PASQUALINI, A. (1958), op. cit., p. 84.

⁷ PASQUALINI, A. (1953), op. cit., p. 5.

⁸ PASQUALINI, A. (1958), op. cit., pp. 197-208.

⁹ Idem, ibidem, p. 258.

¹⁰ Idem, ibidem, p. 75.

estatal centralizadora para se alcançar o equilíbrio supraclassista de cima para baixo, o projeto industrializante e a integração do mercado interno em oposição ao modelo liberal-oligárquico da Primeira República. A ditadura republicana modernizadora, segundo o viés positivista, contemplaria um duplo registro: o progressismo econômico e o autoritarismo político constituindo o "ideal reformista do Estado-Providência: um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado"¹¹.

O Poder Público é responsável pela realização da justiça social: garantir uma ocupação digna a cada cidadão e corrigir os desajustes e desníveis sociais. Segundo Gomes de Oliveira, em artigo na revista "Reforma", cabe ao Estado Moderno corrigir a mentalidade de que "o Governo deve continuar a ser apenas 'gardien de la nuit', para evitar os assaltos à propriedade, deixando livre todas as manobras e abusos dos seus detentores, e indiferentes ao progresso econômico e social"¹².

Outra diretriz do trabalhismo brasileiro é a manutenção da iniciativa privada tanto nacional como estrangeira, mas com as limitações previstas na Constituição e os encargos exigidos pelos interesses coletivos. O Estado deve proteger o capital privado desde que interessado em promover a expansão da economia e do bem-estar social. No entanto, a exploração das riquezas do subsolo e das fontes de energia deverá, progressivamente, tornar-se um empreendimento do Poder Público. O capital estrangeiro terá as mesmas garantias e estará sujeito aos mesmos ônus do capital nacional.

As despesas e atividades improdutivas deverão ser reduzidas, assim como as causas de "usura social" serão combatidas, dando-se às rendas públicas uma destinação socialmente útil. A cada ganho legal deve corresponder um ganho justo, caso contrário o Estado deve exercer seu poder de intervenção. Mas, por outro lado, a desapropriação da terra com objetivo de se obter maior rendimento econômico e social, será feita mediante justa indenização.

A distribuição de justiça social se estende também na instauração pelo Estado de um Fundo de Poder Aquisitivo que será concedido mediante o crédito social (crédito sem juros) para várias finalidades: financiamento da construção de moradias populares; financiamento a trabalhadores rurais, pequenos agricultores e colonos, para aquisição da terra e meios de produção, e financiamento de obras e serviços de assistência coletiva. Este Fundo Social seria constituído de dotações

¹¹ BOSI, Alfredo, Dialética da Colonização. São Paulo, Cia. Letras, 1992, p. 274.

¹² OLIVEIRA, Gomes, "O Estado Moderno". Reforma - Rev. Cultura Trabalhista, op. cit., p. 12.

orçamentárias da União, dos estados e, facultativamente, dos municípios, por uma tributação adicional dos artigos de luxo e da renda, excluídos os rendimentos de pessoa física aquém de certo limite e, eventualmente, pelas reservas dos institutos de previdência.

No capítulo da legislação trabalhista, defende-se seu aperfeiçoamento e extensão a todo proletariado. Apoia-se a autonomia sindical, mas cabe ao Estado auxiliar e orientar as organizações trabalhistas no sentido de alcançarem suas "verdadeiras finalidades" e dentro do espírito cooperativista. Neste aspecto, identifica-se a busca de fundamentação no trabalhismo inglês de Harold Laski e Clement Attlee, de fundo socialista mas com rejeição à idéia de luta de classes, os métodos revolucionários não constitucionais e a socialização sem indenização progressiva. Remetendo ao texto "Bases e Fundamentos do Trabalhismo" de C. Attlee, Pasqualini destaca a coincidência de objetivos programáticos:

"Assegurar aos trabalhadores, braçais ou intelectuais, todos os frutos do seu trabalho e a sua distribuição mais equitativa, tomando por base a propriedade comum dos meios de produção, distribuição e troca, e o melhor sistema possível de administração e fiscalização popular de cada indústria ou serviço"¹³.

No entanto, o socialismo não é visto como um fim, mas um meio de organização econômica visando eliminar a "usura social", característica marcante do capitalismo individualista, especulativo e parasitário. Nesse sentido, Pasqualini define os limites de adaptação à realidade brasileira, de certas concepções socialistas: o caráter materialista incompatível com os princípios cristãos e o aspecto meramente socializador dos meios de produção, de circulação e de troca, mediante planificação da economia¹⁴.

Para que a socialização a posteriori pudesse se estabelecer no Brasil, seria necessário um certo desenvolvimento industrial e que esse desenvolvimento tivesse atingido aqueles limites em que já seria inconveniente que se mantivesse sob o regime da iniciativa privada. Em lugar de um desenvolvimento econômico sob a forma socialista (faltam meios técnicos, financeiros e educação), Pasqualini defende para o caso brasileiro um trabalhismo com base no capitalismo solidarista, onde o capital deve ter função de utilidade coletiva, ou seja, não deve ser apenas um instrumento produtor de lucro, mas um fator de expansão econômica. Esse capitalismo solidarista é o mesmo que capitalismo cristianizado, e aí se destaca o

¹³ ATTLEE, Clement, Bases e Fundamentos do Trabalhismo, pp. 33-34. Apud PASQUALINI, A. (1958), op. cit., pp. 278-279.

¹⁴ PASQUALINI, A. (1958), op. cit., p. 90.

outro componente básico do pensamento de Pasqualini, a Doutrina Social da Igreja, segundo as encíclicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris*. A admissão do socialismo seria condicionada em três aspectos: não fosse materialista, como o chamado socialismo científico; preservasse a liberdade; e operasse a socialização dos meios de produção à medida que o interesse social o reclamasse¹⁵.

Ainda nas "Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro", Pasqualini define as seguintes metas para o PTB: difusão da educação e da cultura à juventude e às massas trabalhadoras; elevação ética dos debates políticos, fim do profissionalismo político e parasitismo social; combate à corrupção social, política e administrativa; eliminação da guerra e todas as formas de imperialismo; e preservação do regime democrático, dos direitos fundamentais do homem e dos princípios cristãos.

Esta linha de atuação partidária mais calcada em princípios doutrinários, distingue-se da práxis política seguida pela maioria dos elementos pertencentes ao PTB, pelo menos até 1954. No depoimento para o programa de história oral do CPDOC-FGV, Alzira Vargas identifica dois grupos, os "trabalhistas" e os "getulistas":

"Na realidade, houve várias tentativas de formar um trabalhismo ideológico. Meu pai, inclusive, estava com todos os livros do Laski sobre trabalhismo. O Lúcio Bittencourt tentou, o Pasqualini tentou, o próprio Salgado tentou. No entanto, para aquela massa que às vezes não sabia nem os seus próprios direitos diante da lei brasileira, era impossível entender o trabalhismo teórico...o partido tinha, além dos chamados trabalhistas, que não eram muitos, os getulistas. Houve uma divisão muito grande, dentro do PTB, entre os teóricos do trabalhismo e os adeptos do getulismo. Na realidade, o PTB foi formado na base de homens e não de idéias, como, aliás, quase todos os partidos daquela época"¹⁶.

Em artigo na revista "Reforma", publicado em 1953, Lúcio Gusmão Lobo identifica três alas irreconciliáveis no PTB: além dos setores trabalhista e getulista de linha personalista, haveria uma ala fisiológica formada por políticos que usam a legenda do partido apenas como meio para obtenção de cargos e posições¹⁷. Em certo sentido os "getulistas" e "fisiológicos" tendiam a se confundir durante o desenrolar da ação política.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 278.

¹⁶ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral, *Alzira Vargas do Amaral Peixoto (depoimento, 1979)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC - História Oral, 1981, pp. 99 e 112.

¹⁷ LOBO, Lúcio Gusmão, "Estrutura Ideológica para o PTB". *Reforma - Rev. Cultura Trabalhista*, op. cit., pp. 26-27.

Como forma de distinguir a ação política do trabalhismo doutrinário em relação ao trabalhismo getulista, Pasqualini utiliza a teoria de Comte para diferenciar os três estados da política: o primeiro é o do antropomorfismo, quando o "homem" é o centro do sistema, não a idéia; o segundo é o das "abstrações políticas", que corresponde ao estado metafísico; o terceiro é o das "soluções sociais concretas", que corresponde ao estado positivo. Para Pasqualini, personificação e personalização não se confundem: "a personificação é a forma antropomorfa da idéia, a sua encarnação em uma pessoa. Ela decorre da identificação do homem com um ideal, o que o torna mais concreto e assimilável pelas camadas menos cultas". A personalização é a degenerescência da personificação, é o "caruncho dos partidos". Se a personificação é um símbolo traduzido na liderança, a personalização é interesse e ambição. No caso do getulismo a linha que demarca personificação e personalismo, é tênue, o próprio Vargas assim considera em discurso na sede do PTB em 02/09/1946:

"Eu compreendi que a minha força dentro do povo estava numa idéia muito simples. É que o povo, no seu presidente, via-se a si mesmo colocado no governo"¹⁸.

Durante a fase de intensificação da crise política em 1953, não faltaram estímulos para que Getúlio usasse um dos seus maiores trunfos, seu poder de atração pessoal¹⁹. É exatamente esse aspecto de que se reveste o trabalhismo de massa, um "movimento instintivo", que revela a inexistência de uma concepção social definida e sistematizada. Segundo Pasqualini, o programa do PTB está consubstanciado em vinte e sete proposições vagas e tímidas. Há mais preocupação em "preservar" as conquistas da legislação trabalhista, do que em propor avanços. Esta atitude "estática" de contemplação do passado deve ser substituída pela formação de quadros dirigentes esclarecidos e integrados no espírito de uma idéia social. E arremata Pasqualini:

"A função de um partido não pode ser cultivar a história, mas fazê-la...Embora o trabalhismo, no Brasil, não seja ainda uma doutrina definida, todos entretanto, compreendem ou sentem que deve ser algo diferente, um movimento que se desloca do centro para a esquerda. O que cumpre é caracterizá-lo e fixar-lhe claramente os objetivos. Devemos substituir o que há nele de instintivo e espontâneo pela compreensão e a assimilação de um ideal"²⁰.

Já durante a campanha presidencial de 1950, em carta a Getúlio, Pasqualini enfatiza a necessidade de fixação das diretivas básicas do trabalhismo

¹⁸ VARGAS, Getúlio D., A Política Trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1950, p. 39.

¹⁹ Arquivo Getúlio Vargas, GV 53.10.20/2 (FGV-CPDOC).

²⁰ PASQUALINI, A. (1958), op. cit., p. 249, grifos do autor.

pelo PTB, recomendando também que a campanha eleitoral fosse partidária²¹. E quando há alguma referência a Vargas, Pasqualini procura separar fé e razão: "o quererismo é sentimento e intuição. O trabalhismo é idéia e concepção. O quererismo é a fé. O trabalhismo é a razão. Mas, a razão e a fé não se excluem, antes se completam"²². Esta negativa à personalização do trabalhismo fica bem explicitada pelo fato de que em toda "Bases e Sugestões para uma Política Social", a obra mais importante de enunciação do pensamento de Pasqualini, não é feita nenhuma referência direta ao papel da liderança de Getúlio na definição do trabalhismo doutrinário.

Na análise de Miguel Bodea é fundamental reter os dois sentidos de direção política de Getúlio e Pasqualini: para Vargas, o PTB era uma componente importante, porém não exclusiva, de um projeto político mais amplo que visava dar continuidade ao modelo de desenvolvimento nacional autônomo lançado na década de trinta, agora dentro das novas regras da democracia liberal da Constituição de 1946. Para Pasqualini, o PTB era o instrumento fundamental de transformação social e implantação de uma sociedade mais justa. Esse papel de "moderno príncipe" tornaria o PTB um educador dessa mentalidade social. Por outro lado, a relativa ausência da "questão nacional" em Pasqualini, leva Getúlio a se destacar numa postura mais nacionalista e anti-imperialista.

Entretanto, para Bodea, a dimensão essencial do relacionamento Vargas-Pasqualini não se situa no confronto entre duas tendências políticas excludentes, mas na dinâmica de uma "divisão de tarefas" no âmbito do PTB e que gera uma relação de "complementaridade conflitiva": a primeira já foi referida, que é o fato de Getúlio defender um projeto político nacional, enquanto Pasqualini defende o projeto de construção de um partido. A segunda divisão é geográfica e se dá entre a liderança política nacional de Vargas e a liderança política regional de Pasqualini no Rio Grande do Sul. E finalmente, a divisão de funções político-partidárias entre o estrategista político (Getúlio) e o doutrinador e teórico (Pasqualini).

É na ambivalência do projeto trabalhista que "se situa um importante aspecto conflitivo no relacionamento entre Pasqualini e a base trabalhista gaúcha de um lado e Vargas, de outro. Enquanto Pasqualini e o trabalhismo gaúcho tendiam a atuar principalmente na esfera da sociedade civil, privilegiando, portanto, o aspecto da mobilização de massas, Vargas era forçado a atuar sobretudo a nível do aparelho de Estado e da sociedade política, salientando o aspecto da

²¹ Arquivo Getúlio Vargas, GV 50.07.08 (FGV-CPDOC).

²² Discurso de Pasqualini em Alegrete, durante a campanha eleitoral de 1950. Apud BODEA, Miguel, *Trabalhismo e Populismo: o Caso do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, USP, 1984, p. 216.

política de alianças e do compromisso entre as classes subalternas e um setor modernizante das elites"²³.

Paradoxalmente, a Vargas não interessava um crescimento vertiginoso do PTB no que tange à mobilização popular: o crescimento das reivindicações econômicas e demandas sociais poderiam, na própria dinâmica do processo, ultrapassar o controle do Estado²⁴. Segundo Lucília Neves Delgado, a busca do "controle-mobilização" passava necessariamente pela articulação entre o PTB, o Ministério do Trabalho, e os sindicatos.

Cabia ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o importante papel de intermediação política e classista entre o Estado, os sindicatos e os empresários. O petebista Danton Coelho, que foi o primeiro ocupante desta pasta durante a segunda gestão de Vargas, procurou estabelecer um tripé de sustentação ao governo: pelo Ministério do Trabalho, com sua máquina administrativa para gerar empregos, inclusive junto ao movimento sindical; pelo PTB com sua representação no legislativo, sua atuação na sociedade civil e no movimento sindical; pelos sindicatos, sob influência do próprio Ministério do Trabalho, podiam garantir mobilização popular em apoio às metas nacionalistas que podiam legitimar o presidente junto à massa de trabalhadores. Danton, entretanto, não conseguiu o apoio amplo de Vargas às atividades do ministério, "envolvido com a tarefa de tentar conseguir apoio de seus adversários políticos, buscando realizar seu governo de conciliação..."²⁵.

A atuação do burocrata José de Segadas Viana à frente do Ministério do Trabalho, a partir de setembro de 1951, trouxe a marca do assistencialismo, a adoção de medidas repressivas em relação às greves de 1953, e a utilização dos serviços de informação do ministério em atividades de fiscalização junto aos movimentos de trabalhadores, às mobilizações grevistas e ao Partido Comunista do Brasil. Vários documentos confidenciais que se encontram no Arquivo Getúlio Vargas do CPDOC, atestam o desempenho desse tipo de operação por parte do Ministério do Trabalho²⁶. A ação de Segadas Viana visava três eixos básicos: controle-repressão em larga escala, a cooptação em escala média e o assistencialismo em grau difuso. Sua gestão, marcada pela ambiguidade e

²³ BODEA, M., op. cit., p. 251.

²⁴ DELGADO, Lucília A. Neves, *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 103.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 111.

²⁶ Arquivo Getúlio Vargas, GV 51.09.26 conf.; GV 52.01.16 conf.; GV 52.02.12 conf.; GV 52.02.13 conf.; GV 52.09.00 conf.; GV 52.10.27 conf.; GV 52.00.00/1 conf.; GV 52.00.00/3 conf. (FGV-CPDOC).

heterogeneidade de ações, acabou por desagradar tanto ao PTB quanto aos sindicatos²⁷.

No decorrer da reforma ministerial de junho de 1953 e em meio à greve dos marítimos, o já então presidente nacional do PTB, João Goulart, ascende ao Ministério do Trabalho com a missão de buscar aproximação com os trabalhadores, através da concessão-mobilização mas mantendo o controle, antecipando-se às suas ações, neutralizando-as através do diálogo e concessões toleráveis. Era como se, depois de Danton, fosse finalmente a vez de Robespierre radicalizar o processo, mediando os excessos. A mobilização de Goulart pode ser compreendida em três níveis, de acordo com Lucília Delgado: uma aproximação e um incentivo à ação do PTB, que com Goulart passaria a ter maior capacidade de influir no governo; incentivo às mobilizações sindicais e ao contato direto de seus líderes com o Ministério do Trabalho, procurando efetivar uma política de benefícios assistenciais que tinham no sistema previdenciário uma importante base de apoio; e tentativa de contato com dirigentes comunistas, que atuavam oficiosamente nos sindicatos oficiais, procurando neutralizar sua ação, incluindo-os na distribuição de cargos e benefícios²⁸.

Em meio ao acirramento da crise política no final de 1953 e início de 1954, Vargas acaba cedendo às pressões de empresários, udenistas, militares e afasta Goulart, no entanto, a nomeação de Hugo de Faria como ministro interino foi uma manobra de Getúlio para manter Jango agindo nos bastidores do Ministério do Trabalho.

Na comparação entre o trabalhismo doutrinário e a práxis política do PTB e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no período 1945-1954, sobra mais espaço para o pragmatismo getulista do que para um perfil de traço programático. Apesar da influência de Pasqualini no PTB, foram as condições de transformação dos contextos e conjunturas políticas que levaram o partido a se transformar de uma agremiação getulista em um partido reformista: ascensão de Goulart à presidência do PTB em 1952, morte de Vargas, aproximação com os comunistas a partir de 1954, participação em frentes nacionalistas após 1958, renovação dos quadros partidários²⁹, e que culminaram com a extensão das reformas de base no início dos anos sessenta.

²⁷ DELGADO, Lucília N., op. cit., p. 121.

²⁸ Idem, ibidem, p. 146.

²⁹ Idem, ibidem, p. 297.

Em resumo, a concepção de um trabalhismo social e ideológico em Alberto Pasqualini recebeu três influências básicas: o estatismo positivista, a referência teórica do trabalhismo inglês e a doutrina social da Igreja. Mesmo não representando uma alternativa genuinamente radical, os "doutrinários" acabam se constituindo no "outro" dentro do PTB, dominado pela corrente "getulista" até a primeira metade da década de cinquenta. Seria esse mais um caso em que as idéias estariam fora do lugar? Ou seria o contexto que estaria delimitando o alcance de adaptação dos projetos políticos? Resta lembrar mais uma vez que, para Pasqualini, a realidade é a curva, o idealismo é a assíntota, sua tangente no infinito.